

# Empresariamento da Educação: Análise da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio

10.35819/scientiatec.v11i1.7153

Simone Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Mateus Arguelho da Cunha<sup>2</sup>  
Bruno Souza Garcia<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar as relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) a partir das redes políticas de governança, que se organizam para debater, formular e implantar reformas educacionais. Para tanto, recorre-se ao aporte da abordagem teórica-metodológica de análise de redes políticas em educação. A partir da análise realizada, verifica-se a consolidação do projeto político neoliberal de empresariamento da educação. Tal fenômeno ocorre pelo aparecimento predominante de parcerias com atores sociais não-estatais que influenciam modos de privatização no contexto educacional brasileiro, em dois aspectos que estão interrelacionados: por um lado a introdução das práticas de gestão empresarial no setor público educacional, especialmente nas reformas educacionais; por outro, a expansão da educação como ocasião oportuna de negócios.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Ensino Médio; Redes políticas.

**Abstract:** This study aims to analyze the relationships between the National Common Curricular Base (BNCC) and the New High School (NEM) based on policy networks of governance, which are organized to debate, formulate and implement educational reforms. To this end, we rely on the theoretical-methodological approach of analyzing policy networks in education. Based on the analysis carried out, the consolidation of the neoliberal political project of education entrepreneurship can be seen. This phenomenon occurs due to the predominant appearance of partnerships with non-state social actors that influence forms of privatization in the Brazilian educational context, in two aspects that are interrelated: on the one hand, the introduction of business management practices in the public educational sector, especially in educational reforms; on the other hand, the expansion of education as an opportune business opportunity.

**Keywords:** National Common Curricular Base; High school; Policy networks.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é analisar as redes políticas de governança, que se organizam para debater, formular e implantar as reformas educacionais, a partir das relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orientada pela resolução do CNE/CP nº 2/2017, e o Novo Ensino Médio (NEM) aprovado em 2017 a partir da conversão da Medida Provisória (MP) nº 746 de 22 de setembro de 2016, na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº. 9.394/1996 diante da proposição da reforma

---

<sup>1</sup> UFPel, E-mail: silva.simonegon@gmail.com

<sup>2</sup> Universitat de Barcelona, E-mail: silva.simonegon@gmail.com

<sup>3</sup> UFPel, E-mail: br.sgarcia@hotmail.com

do “Novo Ensino Médio”. Metodologicamente, recorre-se ao aporte da abordagem teórica-metodológica de análise de redes políticas em educação. A análise aqui pretendida se faz necessária, pois essa abordagem permite compreender as relações políticas entre atores públicos e privados, ao questionar o funcionamento das “organizações e atores, suas relações, atividades e histórias [...] aos ‘quem’, aos ‘o quês’, como também ao ‘onde’ da política - lugares e eventos onde passado, presente e o potencial futuro da educação coexistem” (Ball, 2016, p. 5).

Pretende-se entender como a BNCC e o NEM são produzidas e implementadas desde a identificação e mapeamento dos atores, das ações e dos modos de intervenção. No decorrer do estudo, identifica-se as relações que envolvem financiamento de projetos, parcerias e apoios institucionais, produção de pesquisas e construção conjunta de documentos orientadores de políticas educacionais para o Ensino Médio.

O Ensino Médio no Brasil, como uma etapa da Educação Básica, se constituiu como um campo em constante disputa por todos e todas interessados no rumo da juventude brasileira. Como motriz das discussões que representa a dualidade histórica do Ensino Médio, de um lado aqueles e aquelas que o entendem como mais uma etapa educacional a qual precisa potencializar o prosseguimento dos estudos e de outro lado, aqueles e aquelas que entendiam a prioridade de uma formação para o mercado de trabalho.

Em 2016, após o golpe político-midiático sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, assumiu o governo o vice-presidente Michel Temer. O governo instituído interferiu de forma autoritária na estrutura e organização do Ensino Médio, a partir de uma Medida Provisória (MP) nº 74, em 22 de setembro de 2016. Essa medida indica a necessidade de garantir a qualidade da educação em nível médio com objetivo de superar: os baixos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e no Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA)<sup>4</sup>; e os elevados indicadores de reprovação e evasão.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação (MEC) sugere um novo desenho para o Ensino Médio, com a proposição de uma formação mais flexível, na qual estudantes poderão fazer “escolhas” adequadas às suas perspectivas de futuro.

---

<sup>4</sup> Avaliação organizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A aplicação, no Brasil, é coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tal reforma se apresenta com o discurso de atender o interesse, as necessidades e as aspirações dos estudantes com as demandas da sociedade e em consonância com a organização dos conteúdos escolares.

Na continuidade da discussão sobre o Ensino Médio, ocorre a conversão da MP na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, como sendo a lei que estabelece a Reforma do “Novo Ensino Médio”. A legislação do Novo Ensino Médio trata das alterações na LDBEN/1996 com relação à organização curricular e a instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Cabe ressaltar que a implementação da reforma dependeu da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que visa orientar o currículo em âmbito nacional iniciado em 2015, o texto final referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi homologado no dia 20 de dezembro de 2017 pelo presidente Michel Temer e pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, e a parte do documento que trata do Ensino Médio foi entregue posteriormente, em abril 2018 para avaliação no Conselho Nacional de Educação (CNE), em virtude da discussão da Reforma do Ensino Médio.

No que se refere à Estruturação Curricular do Novo Ensino Médio está proposto a organização entre os conteúdos definidos pela BNCC e os itinerários formativos escolhidos pelo estudante. A obrigatoriedade da BNCC e com as áreas de conhecimento, segue o modelo proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas que incluem arte, filosofia, sociologia e educação física - não pode ser superior a 1800 horas nos três anos do Ensino Médio. O itinerário formativo escolhido pelo estudante é composto por ênfase em uma área de formação que pode ser em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. O ensino de português e matemática são obrigatórios durante os três anos do Ensino Médio. E com relação à Língua estrangeira, tem-se a obrigatoriedade do ensino de Língua Inglesa e oferta de outras línguas estrangeiras de maneira facultativa.

Cabe salientar que apesar da previsão na BNCC e no NEM da obrigação dos componentes curriculares da língua portuguesa e matemática, na Formação Geral Básica (FGB) houve uma redução significativa da carga horária dessas

disciplinas. Essa diminuição é gradual e ocorre a partir dos 1º ano do Ensino Médio na carga horária da FGB conforme cresce o número de horas ofertadas nos Itinerários Formativos.

Com relação à formação técnica e profissional, caso escolhida pelo estudante, poderá ser ofertada em parceria com outras instituições. Os professores da formação técnica poderão ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, para atender a demanda da formação técnica e profissional no Ensino Médio, sem necessidade de formação pedagógica. Essa nova legislação prevê que essa formação seja incluída na carga horária do Ensino Médio e, ao final, o estudante obterá o diploma do Ensino Médio regular e um certificado do ensino técnico.

Percebe-se que as discussões sobre o Ensino Médio sempre foram marcadas por disputas políticas, e nos debates atuais sobre a Reforma do Ensino Médio, a gestão empossada em 2023 criou a Portaria nº 399, de 8 de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. As discussões nas audiências apresentaram diversas contribuições: das instituições financiadas pelos grupos empresariais, por exemplo Todos pela Educação (TPE) e o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC); dos dirigentes, conselheiros, como Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação; e dos movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores de associações científicas vinculadas às universidades, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Em análises preliminares das audiências públicas acerca da nova proposta do MEC e que necessita ser aprovada no Congresso Nacional, existe uma tendência a considerar as proposições do Todos pela Educação, do Movimento pela Base e dentre outros atores sociais privados, principalmente, relacionadas: ao aumento da carga horária e ênfase na formação técnica profissional para os itinerários formativos, e o notório saber.

Verifica-se que essas políticas curriculares padronizadas e centralizadoras BNCC e NEM consolidam o projeto político neoliberal de empresariamento da educação por meio do aprofundamento da privatização. A incidência e acentuada

atuação de atores sociais fortalecem estratégias de privatização educativa, em dois aspectos mercadológicos: por um lado, a introdução de práticas e técnicas de gestão gerencialista empresarial no setor público educacional, especialmente nas reformas educacionais; e por outro, a expansão da educação como ocasião oportuna de negócios.

Sendo assim, o texto se subdivide em duas seções: a primeira seção, visa discutir as novas formas de organização do Estado e o surgimento dos atores políticos, baseada na cultura empresarial e gerencial, culminando em reformas educacionais brasileiras iniciadas no final dos anos de 1980; na seção seguinte são apresentadas as redes das políticas curriculares BNCC e o NEM, no qual se busca compreender como essas políticas sustentam a lógica da privatização da educação. Nas considerações finais, retoma-se os assuntos principais da discussão das redes políticas e das políticas curriculares com relação aos processos de privatização e suas consequências para o Ensino Médio.

## **GERENCIALISMO E GOVERNANÇA NA EDUCAÇÃO**

A partir das crises dos estados capitalistas ocidentais, levadas a efeito nas décadas de 1970, foram construídos novos acordos sob os quais o Estado seria organizado. Isto é, conforme o argumento da época, o estado não estava mais sendo capaz de gerir os problemas sociais sozinho, e, portanto, isso ocasionou a busca por uma nova forma de acordos políticos e sociais para enfrentar esses problemas. Daí, três respostas surgiram: a) a solução neoliberal de “mais mercado, menos Estado”; b) diminuir a expectativa que a população teria em relação ao Estado (daí a ideia de que “tudo que é do Estado é ruim”); e c) a solução de um acordo que traria o câmbio de governo para governança (Jessop, 2017). Conforme argumenta o autor, essas mudanças coincidem com a falência do Estado de Bem-Estar Keynesiano e com as crises do fordismo. Dessa forma, urge a necessidade de construção de um novo acordo envolvendo diversos setores da sociedade para a construção das políticas e da legitimidade do Estado para com a sociedade. Conforme assinala Jessop (2017, p. 220-221), a governança:

Refere-se a mecanismos e estratégias de coordenação face à complexa interdependência recíproca entre agentes, organizações e sistemas funcionais operacionalmente autônomos. As práticas de governança vão desde a expansão de regimes internacionais e

supranacionais, através de parcerias público-privadas nacionais e regionais, até redes mais localizadas de poder e de tomada de decisão, e, pelo menos para alguns investigadores, particularmente foucaultianos, até à governança de mentes e corpos.

Esse câmbio de governo para governança, então, envolve sujeitos que estão dentro e fora do Estado para a construção de políticas que darão as respostas necessárias às crises que o Estado não dá mais conta de tratar sozinho. Essa forma de organização política e jurídico-administrativa vai culminar em um novo acordo do Estado, em uma nova organização deste em termos de cultura de controle, auditoria e prestação de contas, a um novo amálgama envolvendo sujeitos do setor privado e atores supranacionais. A essa organização se pode chamar de Estado Gerencial (Clarke e Newman, 1997; Newman e Clarke, 2012).

O Estado Gerencial tem como eixos principais o gerencialismo e a gerencialização. O primeiro trata-se de uma ideologia, que incutiu um ambiente para a reforma do setor público em direção à organização de mercado. Isto é, mesmo que muitos serviços públicos não tenham sido privatizados, aqueles que permaneciam no controle do Estado deveriam ser organizados como uma agência de mercado. A partir disso, a figura de um novo profissional era ovacionada para garantir a possibilidade de transformação do setor público: o gerente. O gerente contrasta com o burocrata de carreira por ter mais *expertise* para levar a cabo os câmbios às facetas de mercado que se faziam necessárias. Por fim, como ideologia, o gerencialismo legitima o direito de gerir; de tornar possíveis novas estruturas calculistas de entradas-saídas com vistas à eficiência do Estado; e a articulação de discursos (inclusive conflitantes) acerca do que deve ser gerido e de como fazê-lo.

Já a gerencialização é uma estratégia de estabelecimento da autoridade do gerente, e vai ser, portanto, o caminho que vai pavimentar o gerencialismo. Disso, estabelece-se maneiras para legitimar a autoridade gerencial, assim como introduzir os cálculos de entradas-saídas, levando à eficiência nas tomadas de decisões e por fim a criação de novas formas de gerir e tipos de gestores (daí vem a criação de novos cargos de gestão e contratação de profissionais para essas posições).

Como forma de liberdade para gerir, bem como com a necessidade de incutir novos atores para fazer a construção e o tratamento de políticas com a ideia de governança, o gerencialismo tem uma característica intrínseca que é a dispersão de poder. Por meio dela, se permitem conectar atores não-estatais, processos de

mercantilização, bem como mecanismos de centralização e descentralização que vão sendo introduzidos no Estado. Ainda que se reconheça uma diferente atividade do Estado, a dispersão do poder ocasiona o encolhimento dele, contudo ocorre simultaneamente o aumento de seu alcance perante a sociedade, por meio de sua articulação com atores de fora do Estado (Clarke e Newman, 1997). “A dispersão de poder do estado exigia novos tipos de agentes que podiam atuar autonomamente no interesse das organizações e serviços – e clientes.” (Newman e Clarke, 2012, p. 363).

Por meio do processo de encolhimento do Estado e conseqüente presença de atores da esfera não-estatal, abre-se o espaço para a consolidação de redes de políticas. Conforme apontado por Ball (2014), redes de políticas constituem-se como uma nova forma de sociabilidade, envolvendo a constituição de comunidades de políticas focadas em soluções de problemas sociais e como resolvê-las. Por meio dessas redes, é aberto espaço para que novas vozes deem a tônica do discurso do que é uma boa política, estabelecendo novas formas e fontes de autoridade. A rede, como dispositivo teórico, é utilizada para representar um conjunto de mudanças que estão ocorrendo nas formas de governança em educação. Trata-se de um processo compartilhado de tratamento aos problemas sociais, ao oferecer a possibilidade de maior variedade de atores do que anteriormente, para que trabalhem no processo de governança. Por meio das redes de políticas, cria-se a ideia de que serão produzidas políticas mais eficazes e legítimas (Ball, 2014, p. 31).

Entretanto, é preciso que se reconheça, nesse processo, o papel do Estado como o agente que:

Fornece as normas fundamentais para a governação e o sistema normativo através do qual os colaboradores na governação podem alcançar os seus objectivos; assegura a compatibilidade ou coerência dos diferentes mecanismos e regimes de governação; cria fóruns de diálogo ou atuam como principais organizadores do diálogo entre comunidades políticas; implementa um monopólio relativo sobre a inteligência e a informação organizacional, a fim de moldar as expectativas cognitivas; servir como tribunais de recurso para litígios que surjam na e sobre a governação; procura reequilibrar os desequilíbrios de poder e os preconceitos estratégicos nos regimes, alavancando forças ou sistemas mais fracos no interesse da integração do sistema e da coesão social; tenta modificar a autocompreensão das identidades, capacidades estratégicas e interesses dos agentes individuais e coletivos em diferentes contextos estratégicos, e assim alterar as implicações desta autocompreensão para as suas estratégias e táticas preferidas; organiza redundâncias e duplicações de competências, a fim de

manter a resiliência através da variedade essencial, em resposta a problemas inesperados; assume apoios materiais e simbólicos e medidas de apoio para estabilizar formas de coordenação consideradas úteis, mas propensas ao colapso; subsidia a produção de bens públicos; organiza pagamentos suplementares para aqueles que fazem sacrifícios, a fim de facilitar uma coordenação eficaz; contribui para a interligação de horizontes espaciais e ritmos temporais a curto, médio e longo prazo em diferentes locais, escalas e agentes, em parte para evitar intervenções oportunistas e inibições nos mecanismos de governação; e também assume a responsabilidade política como destinatários finais no caso de falhas do Estado em áreas fora do Estado (...) (Jessop, 2017, p. 228).

Ou seja, o Estado não perde seu poder nem responsabilidade para com as políticas que serão construídas; elas são dispersas entre outros atores e agentes de fora do Estado, mas nem por isso o Estado deixa de fazer sua coordenação. E em último caso, o Estado é o destinatário a resolver o problema em caso de falhas nesses âmbitos. Segundo Ball (2013, p.180) “uma nova modalidade de poder público, agência e ação social e, na verdade, uma nova forma de Estado”.

Ainda assim, a rede de política é, também, um instrumento analítico. Isto é, com a rede, trabalha-se para capturar os atores, os fluxos e os movimentos que surgem e operam dentro e através das comunidades de políticas que se constroem para o tratamento das políticas. Pode-se utilizá-las para dar conta de descrever os aspectos mais visíveis dessas relações, e a presença e atuação desses atores que fazem parte dessa comunidade de soluções compartilhadas dentro das estruturas de governança em rede.

Essa nova forma de Estado decorrente das relações estabelecidas em redes políticas de governança ganha autoridade e legitimidade nas responsabilidades sociais e práticas de gestão pública, ao mesmo tempo ocorre o fortalecimento das relações entre atores públicos e privados. Compreender as ações do como os atores privados estão inseridos nessas redes possibilita entender a influência dos valores capitalistas e do imaginário neoliberal para a formação dos estudantes de nível médio. Dentro dessa lógica, analisa-se, duas políticas que estão interligadas por reformas curriculares e empresariais: A Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio.



## REDES POLÍTICAS E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

As reformas educacionais que têm ocorrido nos últimos anos e a presença que se verifica de diversos atores de variadas esferas no tratamento e construção de políticas educativas, demanda uma análise sociológica mais ampla de como esses atores surgem e qual acaba por tornar-se o papel do Estado nesse contexto. Para dar conta disso, o conceito de redes políticas é útil por tratar de apresentar duas coisas ao mesmo tempo, que são interrelacionadas: teoria e metodologia. Como teoria, redes de políticas é um conceito que busca dar conta dessa nova forma de organização do Estado em busca de uma nova governança; ou seja, é um instrumento teórico que entende que as dinâmicas e papéis atribuídos entre o Estado e os atores privados são diferentes, muitas vezes marcados por borramentos de fronteira entre um e outro. Como metodologia, a rede serve como instrumento que vai buscar identificar essas relações, quem são os sujeitos e como sua presença se dá no âmbito da condução e do tratamento das políticas educativas. Utiliza-se a rede para mapear os atores e suas relações.

O encontro dessas redes é possível por meio do processo do que Ball (2014) vai chamar de Etnografia de Rede. Esse procedimento consiste em buscar na internet os atores e suas ações, sua filantropia, levantar esses atores e depois construir o desenho da rede. Esse foi o caminho utilizado para a captura dos atores encontrados nas redes, aqui apresentadas.

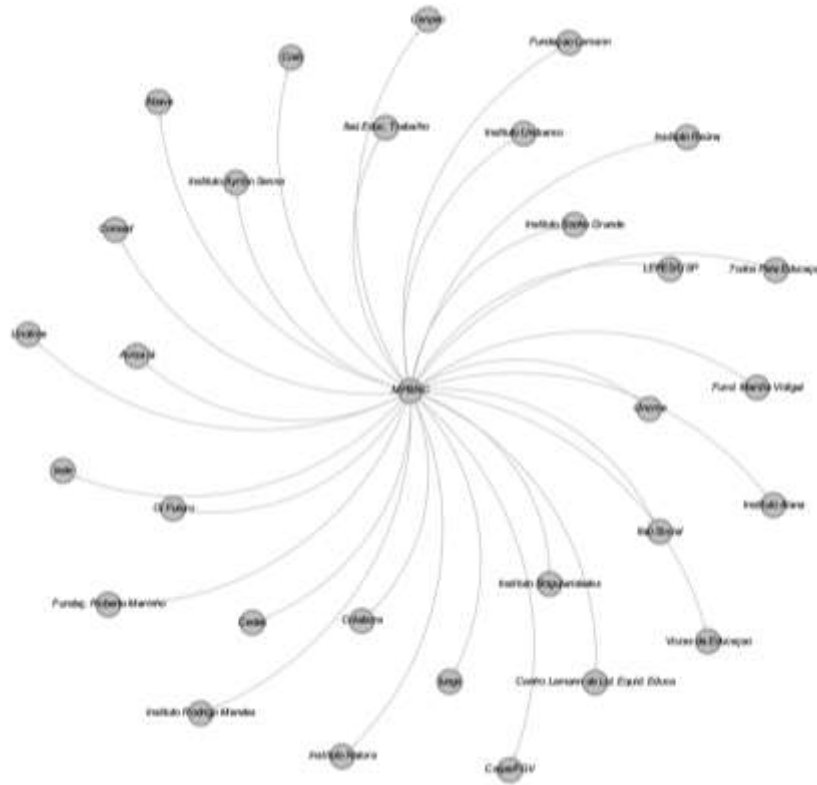
A discussão de redes políticas em educação, destaca-se como necessária diante da implantação de reformas educacionais, que orientam uma nova organização do espaço e tempo escolar a partir do discurso neoliberal de lógica mercadológica ao estimular à concorrência, competitividade, excelência e eficiência. Em relação ao Ensino Médio, ocorre grande ênfase na mídia em relação aos baixos índices de aprendizagem, de repetência e de evasão. São apresentadas muitas “soluções” para a conquista da qualidade em educação, e assim emergem proposições de induzir o desempenho das aprendizagens dos estudantes e elevar os índices educacionais brasileiros. Essa preocupação é o que sustenta o que vem sendo preconizado pela produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Novo Ensino Médio (NEM).

Algumas ações se destinam a mudanças significativas na formação dos jovens do Ensino Médio. A fim de identificar como Movimento pela Base Nacional Comum intervém e estabelece relações com outros atores no processo de produção e disseminação de conhecimento para elaborar políticas educacionais para o Ensino Médio, utiliza-se a abordagem de análise de redes políticas de governança em educação, proposta por Ball (2014; 2016). Essa metodologia consiste num conjunto de atividades que envolvem o levantamento nos sites de notícias e nos relatórios do Movimento pela Base, bem como em materiais elaborados em parceria com outros atores sociais.

A Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio são políticas que foram demandadas por setores empresariais e têm uma ampla coalizão de agentes do setor não-estatal para defendê-las (Avelar e Ball, 2019; Tarlau e Moeller, 2020). Após suas aprovações em 2017 e 2018, respectivamente, surgem os processos de implementação de suas políticas. Algumas vezes, antes mesmo de tais documentos serem elaborados, as guias de implementação da BNCC surgiam, e já haviam documentos deste tipo em circulação, elaborados por agentes do setor privado, sobretudo o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC). Outros atores que tiveram grande preponderância nesse processo foram as associações UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação) e CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação), que muito embora sejam entidades representativas de pessoas de governo, configura-se como sujeito privado.

Há que se reconhecer a necessidade de tensionar o conteúdo da proposta do Ensino Médio e da BNCC, conforme tem sido feito por vários pesquisadores, denunciando falácias, contradições e ilusões que as mesmas trazem consigo. O debate que se debruça com relação a educação básica sobre esses temas têm sido longos. A contribuição, desse texto, em relação a isso vai se dar com apresentação e descrição de duas redes: a primeira é a dos atores que advogaram pela Base Nacional Comum Curricular (figura 1) e a segunda é de atores que advogaram pela Reforma do Ensino Médio (figura 2).

**Figura 1:** Grafo da Composição da Rede do Movimento Pela Base



**Fonte:** Os autores

A rede acima foi capturada a partir de buscas partindo do Movimento Pela Base Nacional Comum. Percebe-se a presença de 31 atores sociais, entre esses são encontrados atores não-estatais como Fundação Lemann, Undime, Cenpec, Todos pela Educação, Instituto Unibanco, Instituto Itaú e dentre outros. A rede de defesa da BNCC foi e continua extensa em torno de sua implementação pelos estados e municípios. Para o Movimento pela Base, a criação de uma Base constitui-se como essencial em prol do bom andamento das reformas curriculares no Brasil, e para o atendimento às demandas de avaliação e baixos índices de aprendizagem, evasão e desigualdade educacional (MPBNC, 2013).

Ainda com relação a essa primeira rede, pode-se notar a presença de atores variados e com distintas formas de atuação. A presença de fundações e institutos filantrópicos e comunitários, e agências internacionais marcam a presença de entes privados dentro da rede. Nota-se a Undime e suas seccionais fazendo parte deste Movimento pela Base. Cada uma dessas instituições tem demandas específicas que trazem consigo: o Todos Pela Educação, como instituição que agrega diversos atores em prol de suas pautas, é o mais preponderante, junto com a Fundação Lemann. Além disso, a Nova Escola, revista, é hoje mantida financeiramente pela

Lemann. Há os institutos ligados ao mercado também, como o Instituto Unibanco, Instituto Itaú, bem como o Instituto Natura, que utilizam de seu poderio econômico e inserção na sociedade para estar presente dentro dessas redes.

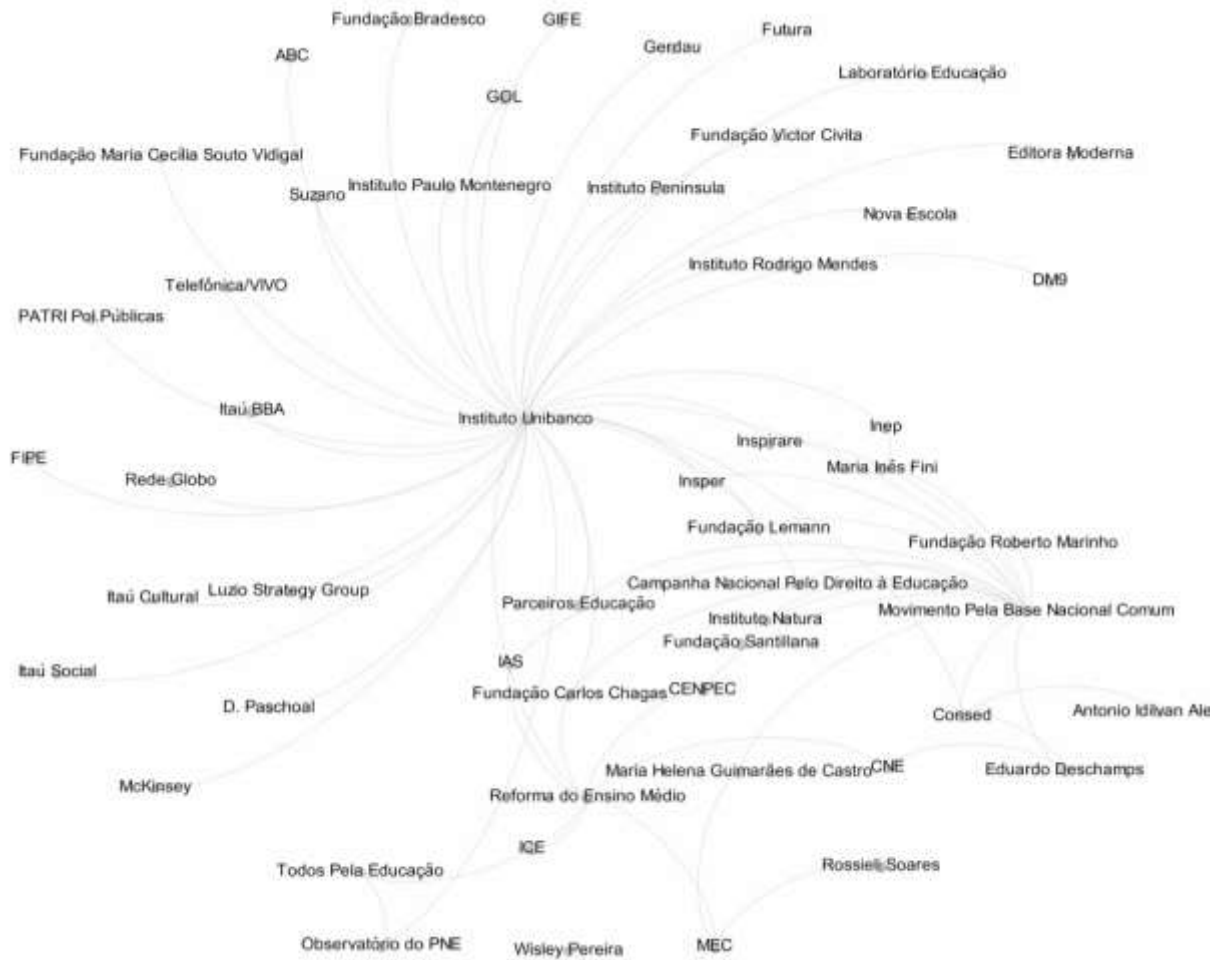
A Fundação Lemann é a principal articuladora do MBNC, pois tem o projeto de proposição do currículo nacional como o mais importante da fundação. A fundação financiou e organizou, em 2013, o evento “Liderar reformas educacionais: fortalecer o Brasil para o século XXI”, nos EUA, na Universidade de Yale, que desencadeou a articulação do movimento. Tarlau e Moller (2020) indicam que a efetivação da BNCC, como política, se tornou possível pela influência da Fundação Lemann, uma instituição privada criada em 2002 que pertence a Jorge Paulo Lemann. A influência da Fundação Lemann pode ser percebida a partir da prática do consenso por filantropia com relação a quatro ações estratégicas: i) recursos materiais - mobilização de recursos econômicos para patrocinar despesas em eventos nacionais, refeições durante as reuniões e passagens aéreas aos funcionários do MEC, do Consed, da Undime; ii) produção de conhecimento para legitimar a discussão e revestindo-a de caráter científico por meio do subsídio financeiro para elaboração de pesquisas e relatórios, organização de eventos com especialistas internacionais sobre produção documental de padrões curriculares, tradução de documentos curriculares internacionais e contratação de consultoria da Autoridade Australiana para Currículo, Avaliação e Relatórios (Acara); iii) poder da mídia - aplicação de recursos e de formação para cobertura midiática com relação aos assuntos educacionais e o caráter necessário e importante de uma BNCC; e iv) redes formais e informais - processo de articulação das relações entre os formuladores de políticas, influenciadores no campo educacional, líderes políticos vinculados a diferentes perspectivas ideológicas e especialistas educacionais reconhecidos, por meio da consolidação do Movimento pela Base como iniciativa “apartidária” de política pública (Tarlau; Moller, 2020).

Após a aprovação da BNCC, o Movimento pela Base modifica seu site, não somente na defesa da produção de políticas, mas também no processo de implementação de modo a garantir uma suposta qualidade da educação. Segundo o MBNC, se definem como “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar e monitorar a construção e a implementação de qualidade da BNCC e do NEM” (MPBNC, 2018).

O Movimento pela Base, no final de 2020, ainda durante a pandemia, lançou a Plataforma denominada: 'Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio'. Conforme seus propositores, é uma “ferramenta para dar transparência ao processo de implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio”, e serve como uma espécie de monitoramento e acompanhamento das informações, dados e análises, em articulação com a implementação da BNCC e com as demais políticas, tais como: “reelaboração dos currículos municipais e estaduais aos editais do PNLD, formação de professores, matrizes das avaliações e outras ações de apoio e indução à implementação” (MPBNC, 2020).

Diante do cenário educacional brasileiro apresentado se verifica o processo de política de influência dos atores sociais. Com relação aos modos e às formas de privatização em todos os níveis, desde o debate, a elaboração, a produção, a implementação e o monitoramento das políticas curriculares: BNCC e NEM.

**Figura 2:** Grafo da Composição da Rede do Reforma do Ensino Médio



Fonte: Os autores

Acima, com a rede do Novo Ensino Médio, encontra-se mais uma vez os mesmos atores que estão presentes na rede da BNCC. Há alguns outros, porém, a preponderância que se percebe no discurso da política e pelos reformadores da educação é a presença desses atores em políticas de ampla escala. Como uma política de currículo forte que é a Base, era claro que ela endereçava outras políticas que vão caminhar junto com o currículo, que seria a avaliação externa e a formação docente. Sobre isso, há estudos em andamento de Silva, Moura e Cunha (2023), assim como sobre a preponderância de reformas educativas com foco na avaliação, que também são produto da efetivação da base (segundo o argumento dos reformadores educacionais), podem ser vistos em Gandin e Cunha (2023).

A presença desses atores faz parte de um trabalho de filantropia que objetiva demonstrar legitimidade e autoridade para poder ocupar esses espaços de produção de política e tomadas de decisão. Essa construção conjunta de soluções de política, e os atores que ali aparecem já são conhecidos perante a sociedade, e conforme aponta Avelar (2018), muitas vezes as políticas resultam de problemas e soluções apontadas pelos próprios atores ali mencionados.

Esses processos estão imbricados, também, em forma de privatização do currículo e da escola, conseqüentemente. Essa privatização é oriunda das relações entre o Estado e os atores sociais, no qual são introduzidas parcerias público-privadas, em dois âmbitos de privatização: 1) endógena, que se refere à prestação de serviços públicos com base nos modelos empresariais de gestão do setor privado, a fim de tornar as organizações estatais mais eficientes e empresariais; 2) exógena, que se refere à substituição da prestação dos serviços públicos pelo setor privado, por meio de contratos, com a substituição de organizações estatais por fornecedores privados, organizações voluntárias ou empresas sociais (Ball, 2001; 2005; 2013).

Especificamente, com relação à educação, percebe-se que a privatização não acontece de maneira direta, mas por meio de algumas práticas de gestão de caráter econômico. Perante este processo, os sistemas educativos devem ser eficientes e com maior desempenho a partir da perspectiva de menores gastos do setor público, com parcerias entre o setor público e o privado, que interferem diretamente na orientação das políticas educacionais.

As proposições de elaboração e implantação das políticas BNCC e do NEM ocorrem e avançam através das parcerias público-privadas, no qual as instituições

públicas passam a funcionar sob a lógica capitalista globalizada. Verifica-se a intensificação do empresariamento da educação através do processo gradual de privatização e de mercantilização, em dois aspectos.

O primeiro, permitindo e incentivando o aparecimento e a expansão de atividades dos empreendimentos educacionais privados. Enquanto uma oportunidade de lucro como uma nova e revigorada fonte ao capital para aquelas fundações que se dizem aliadas dos professores e dos estudantes. Envolve a abertura dos serviços educacionais aos setores das não-estatais, fundações e institutos no estabelecimento de acordos de benefício econômico. Essa estratégia de privatização se desenvolve com: a compra de materiais como os sistemas de ensino apostilados, os livros didáticos, e tecnologias educacionais (plataformas digitais); e serviços de consultoria para gestão escolar, aplicação de avaliações externas e formação de professores.

Com relação ao segundo aspecto, a privatização ocorre pela inserção de estratégias mercadológicas, tais como concorrência, competitividade, eficiência e excelência na gestão das políticas - maneiras de agir com boas práticas, no qual o setor público “aprende” com o setor privado. Ao mesmo tempo interpela os sujeitos, como orientação dos comportamentos, à constituição dos sujeitos a um tipo particular de consumidor individual dos processos de ensino e aprendizagem capazes de responder efetivamente às necessidades de mercado.

No momento no qual se examinou a construção da BNCC e do NEM, constatou-se a participação de grupos empresariais dos mais diferentes setores da economia no processo de formulação dessas políticas públicas, no intuito, de fornecer de serviços e de materiais para o setor da educação pública como: consultorias, formação de professores, venda de livros, plataformas e sistemas de ensino. Deste modo, observa-se um arranjo institucionalizado de redes que atua diretamente na formulação de políticas no campo educacional, compreendendo que as “políticas regional e global são cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios” (Ball, 2004, p. 1108).

No que tange à educação como oportunidade de lucro, o que mais pode nos evidenciar isso é a obrigatoriedade da implementação da BNCC se dar através de parcerias com a Undime, e esta, por sua vez, fez parcerias financiadas pela

Fundação Lemann, com a Nova Escola e o Conviva Educação para a produção de conteúdo. O surgimento de atores das mais variadas esferas, tanto pública quanto privada, evidencia uma rede que tem se estabelecido no Brasil em busca do que se pode chamar de Padrões Nacionais de Aprendizagem (National Learning Standards: Avelar; Ball, 2019). Essa nova padronização e centralização curricular possibilita a percepção do surgimento de diversos atores em diversos espaços, onde surgem novas oportunidades de lucro a partir do currículo (Ball, 2010), com produção de materiais, cursos, e mais pra frente com os livros didáticos que podem vir a surgir. Com relação a Reforma do Novo Ensino Médio e a partir das reorganização das propostas curriculares estaduais para implementação da BNCC e do NEM, percebe-se a atuação de atores sociais. Como por exemplo, no Rio Grande do Sul, identifica-se a presença constante dos Institutos Unibanco e Itaú, ambos vinculados ao setor financeiro do país, na formação dos professores da rede estadual tanto por meio de apresentações, de palestras e de seminários quanto na elaboração dos materiais e indicação de plataformas de ensino que deverão ser utilizadas com os docentes do Ensino Médio.

**Figura 3:** Atores envolvidos na formação de professores do Ensino Médio no RS



**Fonte:** Portal da Educação - Seduc RS

A imagem da Figura 3 evidencia a participação e presença desses atores nas formações dos docentes do estado do Rio Grande do Sul, no qual, esses cursos são disponibilizados por meio da plataforma institucional da Seduc/RS, chamado de



Portal da Educação<sup>5</sup>, onde nesse espaço são oferecidos os cursos aos professores por meio da plataforma Moodle.

A formação que é oferecida aos docentes da rede estadual de ensino é feita em parceria com o Instituto longo - através das formações do Nosso Ensino Médio - em parceria com Instituto Reúna e Itaú Educação e Trabalho. Somado a isso, há a parceria com o ICE (Instituto Corresponsabilidade pela Educação), através do Programa Escola da Escolha (Cunha, 2023).

O Instituto longo foi criado em 2020, durante a pandemia de covid-19, e sua atuação se dá através de formação para gestores, assim como elaboração de material didático, pesquisa e divulgação sobre o trabalho docente. Em seu pouco tempo de jornada, já tem parcerias com 12 Secretarias Estaduais de Educação e, segundo seu *site*, repercute um impacto de 271 mil professores e 4,2 milhões de alunos do Ensino Médio. Conta com o apoio do Movimento Bem Maior e Instituto MRV. Suas frentes de trabalho de maior abrangência são o programa Nosso Ensino Médio e as formações para Projetos de Vida, este último em parceria com o Porvir. O Rio Grande do Sul aderiu aos dois (lungo, Relatório Anual, 2022). Ao mesmo tempo, esta instituição recebeu R\$ 4,097 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com a finalidade de, segundo este contrato, “contribuir para a melhoria da educação básica nas redes públicas, com foco na implementação dos currículos estaduais e dos itinerários formativos de Ensino Médio” (Instituto longo, 2023).

No qual se apurou que essas formações e materiais elaborados por tais institutos enfatizam em aspectos como - a questão do empreendedorismo/ inovação (o jovem como protagonista no processo de ensino aprendizagem) e da meritocracia (o aluno é responsável pelo seu próprio sucesso/desempenho). Diante disso, entende-se que a privatização na educação repercute em uma série de mudanças “[...] não muda apenas nossa maneira de fazer as coisas, como também nossa maneira de pensar a respeito do que fazemos e nossa maneira de nos relacionarmos conosco e com outras pessoas e coisas significativas [...]” (Ball, 2004, p. 1120).

A introdução de normas e regras de mercado instituem a cultura da empresa gerencial na educação: tanto nas práticas pedagógicas e curriculares como no modo

---

<sup>5</sup> Portal Educação Seduc-RS <<https://portal.educacao.rs.gov.br/>>

de ser estudante, ser docente e gestor educacional. Os sujeitos devem se tornar mais participativos, competentes e responsabilizados e, assim, alcancem maior produtividade, eficiência, excelência e competitividade.

Corroborando com essa mentalidade empresarial, a proposição de novos programas dos governos federal (Pé de Meia-2024) e estadual do Rio Grande do Sul (Todo Jovem na Escola-2023) de incentivo à permanência e à conclusão do Ensino Médio por parte dos alunos em situação de vulnerabilidade social, a partir do pagamento de bolsas de auxílio-financeiro estabelecendo como requisito a assiduidade e a participação nas provas de avaliações externas, ainda prevendo uma bonificação adicional em caso de aprovação no ano letivo que somente poderá ser sacada no momento de finalização do curso.

Nesses exemplos, visualiza-se a lógica da produtividade e da meritocracia introduzida através de recompensas a partir do cumprimento das metas estabelecidas pelos programas governamentais. Assim, deste modo, identifica-se os pressupostos gerencialistas na relação dos usuários dos serviços públicos que são prestados à população enquanto cidadãos consumidores. Como apontam Miller e Rose (2012, p.103), “também exige uma reorganização de programas para o governo da vida pessoal. A linguagem do indivíduo empresarial, revestido de liberdade e autonomia”.

Logo, a partir desta perspectiva ocorre a privatização das responsabilidades ao encarregar os alunos a incumbência de atingirem os resultados desejados pelos programas de incentivo e aferidos nas avaliações externas introduzindo uma cultura de desempenho, ou seja, há uma responsabilização do sujeito por sua performance.

A democratização da educação está relacionada a um discurso de cunho neoliberal, a um discurso que potencializa o estudante no Ensino Médio como protagonista/empreendedor encarregado do seu sucesso. Esse processo de subjetivação intensifica a individualização e privatização das responsabilidades, em busca do sucesso e do mérito, com práticas de vida de investimentos em seus percursos formativos para garantir as credenciais necessárias para adentrar no mercado de trabalho, permanecer no emprego e melhorar as condições de vida. Parecem estabelecer novas relações com os conhecimentos escolares. Os conhecimentos escolares se reconfiguram com ênfase nas competências individuais, para que tenha a capacidade de competir.

O fato de o termo competência, apesar de estar presente nesse currículo homologado em 2018, traz consigo uma conotação psico-pedagógica atribuída a OCDE que, por sua vez, se baseia nos resultados do PISA e do relatório produzido pela Mackinsey & Company. Essa companhia indica que melhores resultados escolares são efeito duas vezes mais da mentalidade dos alunos do que pelo seu contexto socioeconômico (Lemos; Macedo, 2019). Os documentos não apenas prescrevem as orientações, os métodos e os conteúdos a serem desenvolvidos, mas também produzem o discurso dos padrões de excelência, desempenho, eficiência, eficácia e avaliação. Isso acontece em formas de redes políticas, disseminando-se por todas as fronteiras, chegando até nossas escolas com grande ênfase na linguagem mercadológica empresarial de qualidade.

Os projetos e modelos empresariais se apresentam como solução para os problemas enfrentados pelo Ensino Médio na educação pública e servem de base e argumento para as principais alterações presentes na reforma, tais como: capacidade de livre escolha; produção de projetos de vida; empreendedorismo, flexibilização; e boas práticas. Os defensores da reforma NEM argumentam a necessidade de atender os interesses dos estudantes, e aproveitam para alegar a ineficiência nos resultados das avaliações externas.

A partir dessa crítica ao Ensino Médio, são mobilizadas algumas ações como financiamentos de pesquisas, projetos e recursos midiáticos de convencimento. Como por exemplo, o Instituto Unibanco, de forte influência na rede do NEM e presente na rede da MPBNC, patrocinou em 2017, o documentário "Nunca me sonharam", que tem como objetivo "Colocar luz na potência do Ensino Médio e transformando políticas públicas - Os desafios do presente, as expectativas para o futuro e os sonhos de quem vive a realidade do Ensino Médio nas escolas públicas do Brasil. Na voz de estudantes, gestores, professores e especialistas, Nunca me sonharam' reflete sobre o valor da educação"<sup>6</sup>.

Pode-se identificar, por meio da presença desses atores, que na esteira da mudança de governo para governança, diferentes sujeitos têm entrado em cena para definir a forma e o conteúdo de determinadas políticas, e constroem modos de privatização. Conforme se apontou, anteriormente, a privatização não se dá apenas pela venda ou entrega de serviços públicos para a mão da iniciativa privada, ela

---

<sup>6</sup> <https://mff.com.br/films/nunca-me-sonharam/>

envolve também um processo de interpelação dos sujeitos com a mentalidade do serviço privado. O processo de imersão a um estado gerencial é, não apenas, uma mudança na forma de gerir e organizar a administração. Busca-se, também, incutir mudanças culturais nas pessoas como forma de garantir uma nova construção de racionalidade neoliberal, de garantir que esse pensamento que é ovacionado de prestação de contas, pedagogia de competências, avaliações externas, etc., sejam os dominantes e considerados normais dentro da esfera educativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reitera-se que este artigo percorreu o objetivo de analisar as relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) a partir das redes políticas de governança, que se organizam para debater, formular e implantar reformas educacionais. Ao ter como abordagem teórico-metodológica a análise de redes políticas em educação, foram mapeados os atores envolvidos no Movimento pela Base que subsidiaram a produção da BNCC, bem como os atores que mobilizaram a Reforma no Novo Ensino Médio. Ainda, apresentou-se alguns reflexos dessas mobilizações materializadas na presença desses atores no Rio Grande do Sul.

Os sujeitos que fazem parte das redes de políticas são catalisados pelos governos para dar resposta às políticas e problemas que muitas vezes são os próprios atores que delimitam. O câmbio de governo para governança está em marcha para atrair a presença desses atores e construir as novas políticas. O que ocorre é que há uma menor presença de sujeitos da comunidade universitária e social, de movimentos sindicais ou setores que não aqueles ligados a bancos ou a fundações.

Nesse sentido, observa-se, na direção do que foi problematizado, que os atores sociais como os movimentos, os institutos, as fundações se constituem como importantes influenciadores do debate, da formulação e da elaboração da política oficial em torno da BNCC e do NEM, conjuntamente, assumem as funções estratégicas nos processos de implementação. As reformas estruturadas para o Ensino Médio na última década, refletem uma ampliação dos investimentos nesta

etapa da escolarização, paralelamente, anunciam uma aproximação do processo de escolarização com os princípios do mercado e da empresa.

Não é por acaso que a política educacional do Ensino Médio é tão criticada por atores das escolas e da comunidade investigadora. Seu conteúdo exibe um caráter gerencialista e mercadológico desde o princípio, e é necessário que se desvele os sujeitos envolvidos nesse processo, para analisar as implicações futuras desses movimentos. Conforme analisou-se, a privatização da educação não se dá apenas por um processo de venda de serviços, mas também por um processo de inserção de lógica de mercado, de mecanismos de controle e da imposição de novas racionalidades na comunidade escolar que virá a ser trabalhadora no futuro.

Por meio do estudo que se desenvolveu, sob a abordagem de análise de redes, verifica-se a intensificação na atuação de atores não-estatais que influenciam modos e processos de privatização desde a formulação, o planejamento, a decisão e a implementação das políticas curriculares como a BNCC e NEM em dois aspectos que estão interrelacionados: por um lado, com a introdução das práticas de gestão empresarial nas reformas educacionais; e por outro, a expansão da educação como ocasião oportuna de negócios. Esse processo de privatização materializa o empresariamento da educação no contexto brasileiro.

Observa-se na materialização da proposta do projeto neoliberal de educação uma forte implicação na regulação dos currículos escolares, reduzindo a carga horária das disciplinas de formação geral em prol dos Itinerários Formativos, sem que a perspectiva de um trabalho interdisciplinar se consolide. Busca-se transformar e inventar a pessoa qualificada, capacitada, inovadora, tão cara à dita sociedade neoliberal.

O que se percebe é uma construção política que tem repercussões em diferentes âmbitos. Disso, surgem novas oportunidades de mercado (a quantidade de fundações e *edtechs* têm crescido muito), de construção de sujeitos, de materialização de uma educação mais centrada no mercado, e também de ampliar o abismo entre as desigualdades existentes no Brasil. De acordo com a nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (2022), no Estado de São Paulo, a maioria das escolas só pode ofertar dois itinerários formativos. Isso resulta em menos possibilidades de escolha e evidencia a contradição da política educacional que alegava que teria mais autonomia e escolha.

Ao expor os atores envolvidos nas duas políticas direcionadas ao Ensino Médio, apontou-se a presença do setor privado como característica marcante dessas redes, o que de fato influenciou no conteúdo da política. Decorre disso que as políticas estão cada vez mais privatizadas, ou seja, os detentores das tomadas de decisão e formulação dessa política são sujeitos do setor privado. Portanto, percebe-se uma construção de projeto de sociedade e de educação com pauta de mercado, enquanto constituem permanentemente o comportamento desejado de gestores educacionais, de professores e de estudantes. Por fim, defende-se que investigações nesse sentido continuem ocorrendo para desvelar os sujeitos e articular futuras formas de resistência.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Marina. **Giving with an agenda: new philanthropy's labour in "glocal" education networks of governance.** 210 f. Tese (Doutorado) - Education, University College London, Londres, 2018.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J.. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in brazil. **International Journal Of Educational Development**, [S.L.], v. 64, p. 65-73, jan. 2019. Elsevier BV. Disponível em: URL <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteira**, v.1, n.2, p.99-116, jul/dez. 2001. Disponível em: URL <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.htm>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen J.. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, dez. 2004. Disponível em: URL <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302004000400002>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: URL <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen. Vozes/Redes Políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do currículo**, v.3, n.1, pp.485-498, mar/set, 2010. Disponível em: URL <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/9108/4796>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Tradução de Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 177-189.

BALL, Stephen. **Educação global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janet Bridon. Ponta Grossa: Ed.UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.. Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal Of Education Policy**, [S.L.], v. 31, n. 5, p. 549-566, 13 jan. 2016. Disponível em: URL <http://dx.doi.org/10.1080/02680939.2015.1122232>.

Acesso em: 11 mar. 2024.

BALL, Stephen, JUNEMANN, Carolina. **Networks, new governance and education**. Bristol: Policy press, 2012.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra, Brasília, DF, v. 184-A, n.1, 23 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília, DF, v. 35, n.1, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília, DF, v. 01, n.1, 22 dez. 2017.

CLARKE, John, Newman, Janet. **The managerial state**. Londres: Sage, 1997.

CUNHA, Mateus Arguelho. **Reconfiguração do Estado e suas implicações nas políticas educacionais:** uma análise das políticas educativas do Rio Grande do Sul (2021-2023). 2023. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

GANDIN, Luís Armando; CUNHA, Mateus Arguelho. As Repercussões das Políticas de Avaliação e da Reconfiguração do Estado no Trabalho Docente: o caso do Rio Grande do Sul. **Currículo Sem Fronteiras**, [S.L.], v. 23, n. 1147, p. 1-16, dez. 2023. Disponível em: URL <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v23.1147>. Acesso em: 11 mar. 2024.

JESSOP, Bob. **El estado:** pasado, presente y futuro. Tradução: Carlos Valdés García. Madrid: Los libros de la Catarata, 2017.

LEMOS, Guilherme Augusto Rezende; MACEDO, Elizabeth. A incalibrável competência socioemocional. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 57-73, 10 jul. 2019. Disponível em: URL <https://doi.org/10.26512/lc.v25.2019.24582>. Acesso em: 11 mar. 2024.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. Disponível em: URL <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/29472>. Acesso em: 7 mar. 2024.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente**: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal. São Paulo: Paulus, 2012.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **Movimento pela Base Nacional Comum**. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/...>Acesso em: 10, mar 2024.

Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. **Rede Escola Pública e Universidade**, 02 jun. 2022. Disponível em: URL [www.repu.com.br/notas-tecnicas](http://www.repu.com.br/notas-tecnicas). Acesso em: 11 mar 2024.

SILVA, Simone Gonçalves; MOURA, Aline Gonçalves; CUNHA, Mateus Arguelho. **Redes de influência nas políticas de formação de professores**: uma análise do movimento profissão docente. In **41º Reunião Nacional da ANPED**, 2023, Manaus. Rio de Janeiro: Anped p. 1-8.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O Consenso por Filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo Sem Fronteiras**, [S.L.], v. 2, n. 20, p. 1-51, 1 jul. 2020. Disponível em: URL [Http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11](http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11). Acesso em: 11 mar 2024.